

## MOÇÃO

### **Por uma Reforma Administrativa coerente**

### **PELA REGIONALIZAÇÃO**

Nas últimas semanas, tomando como ponto de partida propostas de fusão das 53 freguesias do concelho de Lisboa, algumas das quais parecem traçadas “a régua e esquadro” para erradicar outras forças políticas e concentrar o poder num “bloco central” bipolar, têm vindo a generalizar-se os apelos à redução cega do número de freguesias e até municípios daquela parte do País que alguns teimam em considerar como “paisagem” ...

Grande parte destes apelos vem envolvida em argumentos economicistas e utiliza uma lógica populista que encara os custos da democracia, neste caso a nível local, como um desperdício e não como investimento essencial para um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

O pior é que retórica centralista que está por trás destes ataques ao poder local democrático tem correspondência prática na política governamental e das administrações de empresas ainda públicas: encerramento cego de escolas, serviços de saúde, postos de correios, linhas e ramais ferroviários; na nossa região, ao encerramento do ramal de Moura, há mais de duas décadas, segue-se a desqualificação da linhas de Beja e a ameaça de encerramento do ramal da Funcheira, em contraciclo aliás com a entrada em funcionamento do Aeroporto de Beja.

As autarquias locais têm vindo a recusar, com razão, uma Reforma Administrativa imposta de cima para baixo. Em reunião convocada pela ANAFRE, no passado dia 12 de Fevereiro, perto de 80 autarcas do Distrito de Beja recusaram unanimemente a liquidação de freguesias, a não ser por vontade expressa das populações, bem como alterações à Lei Eleitoral Autárquica no sentido de impor executivos monocores, o que se traduziria num empobrecimento da democracia. Ao mesmo tempo, defenderam o reforço da economia financeira (que, em 2011, sofreu um corte de 8,6%) e das competências próprias das freguesias, actualmente delegadas pelos municípios.

A discussão séria de um processo participado de Reforma Administrativa tem de colocar como primeira prioridade a regionalização, o elo essencial que falta concretizar no edifício democrático desenhado pela Constituição de Abril. Urge dismantlar um centralismo absurdo que consome mais de 90% dos recursos orçamentais do Estado e promover, em simultâneo, a descentralização efectiva de competências e meios para os municípios e destes para as freguesias.

Uma Reforma Administrativa Global e coerente não pode confundir-se com a extinção avulsa de freguesias e municípios; tem de colocar em cima da mesa todos os vectores: regionalização, leis das finanças e locais descentralizadoras, leis eleitorais que garantam o pluralismo.

#### **Assim, a Assembleia Municipal de Serpa, reunião em 28 de Fevereiro de 2011, delibera:**

1. Afirmar o cumprimento do preceito constitucional da regionalização como a prioridade de uma Reforma Administrativa que promova a descentralização e reforce o poder local democrático;
2. Recusar qualquer extinção ou fusão avulsa de freguesias e municípios;

Se aprovada, esta Moção deverá ser enviada ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, 1º Ministro, MAI e comunicação social.

*Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada, por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor do BE e CDU e 10 (dez) votos contra do PSD e PS.*